

Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 17 de dezembro de 2020.

Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo – APCEF/SP.

Reunião convocada via e-mail, Ofício nº 255/2020 datado de 11 de dezembro de 2020. A reunião foi realizada por videoconferência e o link disponibilizado com antecedência para todos os conselheiros, via e-mail. Plataforma utilizada - Zoom.

Ordem do Dia: 1º) Balanço Patrimonial; 2º) Proposta Orçamentária 2021;

3º) Reestruturação na Caixa; e, 4º) Moções.

A sala de reunião virtual foi aberta às 16h00 e os conselheiros e demais participantes entraram paulatinamente com autorização da anfitriã, a secretária da Diretoria da APCEF/SP, **Danielle Ruth**, que fez alguns ajustes na ferramenta zoom para acesso dos conselheiros ao chat e incluiu o presidente do Conselho Deliberativo **Laércio da Silva Pereira** também como anfitrião. A reunião foi iniciada às 16h21 com a palavra do presidente do Conselho Deliberativo, **Laercio**, solicitando a mim, **Maria Celeste Piva**, secretária da mesa, a verificação de presença e do quórum regimental, sendo relacionados os 25 Conselheiros votantes, entre titulares e suplentes: **Jair Marcieri Pimpinato, Moacir Vendrame Bassan, Antonia Pinheiro, Maricy Yolanda Callegari Defavari, Tiago Oliveira do Livramento, Marcio Rogério Troya, Ana Claudia Damazio, Antonio Carlos Cordeiro, Dinilza Nascimento Correia, Normando Kleber Xavier Alves, Benedito Pereira de Matos, Zita Catharina Navas Kaneko, André Luis Prates De Menezes, Maria do Céu Nobrega Duarte, Antonio Simeão, Maria José da Silva, Ivã Antonio Mariano da Silva, Marcia Takako Uemura, Renato Carlos Alves Nunes, Laercio da Silva Pereira, Maria Celeste Piva, Marcus Vinicius Ramalho, Ivan Furtado, Bruno Mendes Coelho Teixeira, Valtair Aparecido Rosaboni**. Participaram também o conselheiro **André Ciupka** e a conselheira **Samanta Fernanda Saez Wenckstern**. Inicialmente, a secretária solicitou que todos os participantes, conselheiros e demais associados, colocassem seu nome completo no menu, na opção “Lista de Participantes”, para constar na lista de presença virtual, anexa à presente ata. Em seguida o presidente apresentou a pauta da reunião, e foi lembrado que há necessidade primeiramente de aprovação das atas anteriores. Sobre isso o presidente informou que os conselheiros **Leandro Saeto, Normando Kleber, Maricy Defavari, Antônio Cordeiro, Tiago Oliveira do Livramento e Antônia Pinheiro** enviaram mensagens via e-mail, endereçadas à mesa diretora, com o seguinte conteúdo: “Não concordo e não irei realizar nenhuma atividade além do que está previsto no Estatuto e que não autorizo utilizar meu nome de conselheiro e conselheira em nenhuma ação fora do que está no Estatuto, nem em jornais que venham a prejudicar a minha condição de conselheiro ou conselheira, a imagem da APCEF/SP, constrangimento de colegas da Caixa e da imagem da própria Caixa, não importa o que foi aprovado no Regimento Interno que esteja em desacordo com o Estatuto e as atribuições do Conselho. O meu posicionamento deve ser documentado”. Em resposta, o presidente apresentou a seguinte mensagem em nome da mesa diretora: “Em análise dessa mesa diretora, a quem as mensagens foram enviadas, declaramos que os posicionamentos postados no Conselho Deliberativo sempre têm base estatutária e não será permitido o uso de CPFs para nenhuma ação visto que este é de caráter pessoal, outrossim, todos os artigos do regimento interno aprovados por esse Conselho Deliberativo tem base no Estatuto da entidade conforme dispõe o artigo 17, que estabelece que esse Conselho Deliberativo tem amplos poderes sociais da APCEF/SP e do artigo 23, incisos 11, 12 e 13, que define as competências desse Conselho Deliberativo”. A

conselheira **Antônia Pinheiro** esclarece que falando em seu próprio nome e dos demais conselheiros que enviaram as mensagens, independentemente do que foi aprovado e está no Estatuto no que diz respeito ao Artigo 19, a deixa vulnerável e, assim, reafirma seu posicionamento. O conselheiro **Jair Pimpinato** solicitou que, em virtude de serem apresentados vários destaques durante a discussão do Regimento Interno, alguns aprovados, outros rejeitados, seja redigido na íntegra, o referido documento, com as devidas alterações e encaminhado aos membros do Conselho para que seja apreciado em uma próxima reunião. Na sequência foi lida a minuta da Ata do dia 24 de novembro de 2020, mas, como não houve alterações do texto solicitadas pelos conselheiros, não houve consenso sobre a redação final, sendo solicitadas as alterações encaminhadas anteriormente, e considerando que nessa reunião demandaria muito tempo, colocando em risco o debate da ordem do dia o conselheiro **Jair Pimpinato** propôs que as prévias das Atas das reuniões realizadas nos dias 24 e 25 de novembro fossem reapresentadas com as devidas correções e encaminhadas aos membros do Conselho Deliberativo para eventuais considerações e propôs também como encaminhamento para todas as reuniões que a minuta da ata deverá ser postada com antecedência para todos os conselheiros, que deverão dentro de um prazo razoável, a ser estabelecido, apresentar suas propostas de alteração, reforçando que deverão ser enviadas diretamente no e-mail da secretária desse CD, devendo, após a alteração do texto de acordo com as observações encaminhadas, ser a minuta novamente postada para que os conselheiros analisem novamente, até que se chegue ao consenso sobre o texto final, dispensando-se assim a necessidade de leitura e debate nas reuniões, constando apenas para aprovação formal da ata. O conselheiro **André Luis** propôs, considerando o que o conselheiro **Jair** disse anteriormente, como todos receberão a prévia da Ata para as considerações, que na próxima reunião, no processo de votação da Ata, sejam focados somente nos pontos onde os conselheiros solicitaram inclusão, exclusão ou alteração, considerando que todos receberam e leram previamente a Ata enviada. A proposta foi acatada pela mesa e pelo conjunto dos conselheiros. O presidente **Laércio** fez considerações em relação ao esforço de se fazer essas atas, os aprendizados, as dificuldades com a ferramenta zoom e que as atas corrigidas poderão ser enviadas na primeira semana de janeiro de 2021 com prazo de 48 horas para serem lidas e avaliadas pelos conselheiros, após isso será encaminhada a ata da presente reunião já pelo encaminhamento aprovado. E por fim o presidente lembrou que quem tiver propostas de moção é para postar no chat para que todos possam ter conhecimento das propostas. Assim foi dada por concluída essa primeira parte da reunião, passando ao primeiro ponto da ordem do dia que é a discussão do Balanço Financeiro referente a abril 2019 a março de 2020, destacando que na reunião anterior, foi apresentado apenas na tela, não havendo a entrega em papel ou arquivo magnético, e foram feitos alguns esclarecimentos, sendo que a mesa havia solicitado à Diretoria Executiva a entrega do balanço com antecedência e acompanhada de notas explicativas e outros elementos necessários à análise, o que não ocorreu. Assim considerou, como a maioria dos conselheiros, que não foi possível fazer uma análise sobre os números apresentados no próprio dia da reunião, sendo a análise remetida para esta reunião, e que a diretoria deveria encaminhar toda a documentação complementar solicitada. Acrescentou que a justificativa da não apresentação do parecer deste Conselho foi encaminhada à Assembleia no dia 28 de novembro, presencialmente no CECOM, com a solicitação do devido registro em ata daquela assembleia, e encaminhado **Ofício CD 002/2020** à Diretoria Executiva, no qual reitera a solicitação da entrega da documentação necessária para a avaliação do balanço. Parte da documentação solicitada foi enviada, inclusive com parecer de empresa de auditoria independente contratada. A

documentação foi disponibilizada a todos os conselheiros via e-mail. O presidente disse que recebeu várias mensagens de conselheiros solicitando esclarecimentos sobre esse documento e sobre o Balanço, as quais foram respondidas. E em seguida fez a leitura de pontos centrais para orientar o debate, conforme segue: 1) esclarecimento sobre ressalva apresentada no relatório da Auditoria PGBR – Prime Global, o contingenciamento de débitos do IPTU, que segundo a Auditoria o montante seria de R\$30.583.799,00 ao invés do total lançado no balanço de R\$ 7.499.591,00; 2) sobre a Integra Participações SA, holding que faz a gestão dos ativos da FENAE e que a APCEF/SP detém 11% do capital, consta no balanço o investimento de R\$27.755,00 na nota 8 das Demonstrações. Em pesquisa na B3 na Bolsa de Valores - Balcão não há publicações da Integra, ao que se informa sociedade anônima de capital fechado, mas registra-se a participação dessa companhia, investida no capital da WIZ Soluções e Corretagem de Seguros SA, com 26,5% das ações. A WIZ tem como acionistas relevantes, a própria CAIXA com 25% das ações e o Banco Itaú, com 7,54%. A empresa faz parte do Novo Mercado, com todas as suas ações ordinárias, portanto com direito a voto. Considerando tais informações, especialmente a magnitude de investimento da ordem de quase R\$ 28 milhões e a prerrogativa do voto solicitou a apresentação das demonstrações financeiras da Integra Participações SA porque no portal dessa companhia não estava disponível nessa data para eventual pesquisa; 3) sobre o déficit operacional de R\$3.217.521,00 no período, sendo que em 2019 também houve resultado negativo de R\$5.551.927,00. Observou que pesquisando os Balanços de 2018 e 2017, exercícios também deficitários, não há notas explicativas relativas ao que determinou esses resultados. Nesse mesmo período o saldo da soma dos itens Ativo Circulante, Fundo de Caixa e Equivalente de Caixa, reduziu significativamente de R\$23.642.893,00 em março de 2017 para R\$11.058.024,00 em março de 2020, ou seja, menos R\$12.584.869,00, ou redução de 53,23% das reservas no período de três anos. Lembrando que faz parte das atribuições do Conselho Deliberativo avaliar a proposta orçamentária, é importante a manifestação da Diretoria a respeito da iniciativa para que o déficit diminua. E reafirmou que há necessidade de se eliminar déficits recorrentes; 4) receitas e despesas das colônias, aparecem no item 8 de forma global, sendo necessária o desmembramento dos números para que se tenha a noção clara do desempenho financeiro de cada uma delas; 5) há vários itens de receitas e despesas com resultados agregados, assim como não há detalhamento do que compõe as outras receitas operacionais, há uma grande variação na proposta de orçamento nessas e outras despesas operacionais. O presidente acrescentou que já oficiou no dia 16/dezembro a Diretoria Executiva solicitando esses esclarecimentos e que recebeu resposta via e-mail na mesma data da presente reunião em que a DE solicita três dias úteis para atender a essas solicitações. O presidente consultou o plenário se há mais observações e mais esclarecimentos a serem solicitados à DE para que esse CD possa fazer uma boa análise e um bom parecer, lembrando que, mais do que apresentar um parecer, os conselheiros devem apresentar um rol de propostas para reduzir, ou, se possível eliminar os déficits correntes, para que se reverta a atual situação. Após esses esclarecimentos o presidente abriu para as inscrições para que todos possam fazer suas considerações sobre o tema. A conselheira **Antônia** trouxe um pedido de empregados que estão trabalhando e como essas reuniões estão ocorrendo de forma virtual solicita que elas comecem a partir das 17h30 porque eles não estão conseguindo sair do trabalho, as filas aumentaram novamente, a pandemia piorou e estão adoecendo mais. Em seguida **faz** uma observação da fala do presidente **Laércio** sobre a afirmação de que nossas reservas financeiras têm diminuído nesses últimos três anos, e disse que o clube de Bauru precisou de reforma urgente, porque estava com vazamento e precisaram fazer toda a reforma da piscina e outros

serviços e considera que era um custo certamente elevado e foi em parte responsável pela redução das reservas. Disse ainda que houve obras da SABESP no CECOM sendo necessária uma reforma após essas obras e para atender a legislação. Lembrou ainda outras reformas executadas no Clube da Capital, de quadras, banheiros e vestiários, portanto esses investimentos tiveram também impacto nas reservas. E perguntou ao presidente **Laercio** se ele considerou isso nas suas análises para perguntar para a Diretoria. A associada **Ivanilde Moreira de Miranda** disse que a conselheira **Antonia** trouxe um ponto que queria comentar. E questionou o presidente **Laercio** se ele chegou a abordar essa questão no documento que enviou para a Diretoria, que tem a ver com os dados de investimentos apresentados no Balanço. A associada Ivanilde observou que a contadora **Eliete** comentou sobre esses investimentos que foram feitos nesse período de 2019 a 2020, e que a conselheira **Antonia** se referiu a subsede de Bauru onde as piscinas foram removidas e foi feita a reconstrução de duas novas piscinas e o projeto agregou mais uma outra raia na área das piscinas dessa subsede, então só nesse investimento foi mais de um milhão de reais. E acrescentou que durante o período que ela esteve na gestão anterior não tiveram uma discussão mais transparente com relação a isso. Afirmou que nesse período ela pôde acompanhar a Diretoria no seu Pleno e que havia esses projetos e que ao final decidiu-se por um projeto na subsede de Bauru que não era um investimento que constava com essa monta de recursos na previsão orçamentária de 2018-2019. Já quanto aos investimentos feitos no clube da Capital esclareceu não se referirem a esse período e sim ao ano de 2020 e certamente constarão no próximo balanço, e, portanto, entende que deveriam estar na previsão orçamentária anterior, e lembra que houve um investimento de infraestrutura no encanamento, há diversas obras feitas pela SABESP por necessidade das canalizações, que passam por dentro da área do Clube, mas a SABESP arca com todas essas despesas. A conselheira **Zita Catharina Navas Kaneko** pediu a palavra para complementar a solicitação anterior da conselheira **Antonia** que pediu para a reunião começar mais tarde, disse que também traz essa solicitação de colegas que pediram para as reuniões começarem no mínimo às 17h30 porque eles não estão conseguindo acompanhar e precisam ficar na agência até mais tarde. O associado **Valmir Gôngora** levantou a questão do apontamento da auditoria que mencionou o valor de 30 milhões de reais e que foi contabilizado por 7,5 milhões de reais, sugerindo que como essa é uma questão importante, se a auditoria incluiu a ressalva por quê no material que foi publicado na página essa ressalva não aparecia. Considera importante que a área contábil documente o critério adotado por ela para fazer o provisionamento a menor, enfatizando que esse esclarecimento representa, inclusive, uma garantia à DE e à área contábil da APCEF/SP. Quanto à questão do déficit operacional o associado **Valmir** entende que não seja questão de investimento e, como o CD está pedindo os números e as planilhas das Colônias e do CECOM desagregadas, será possível ter uma visão mais clara de quais os itens responsáveis pelo déficit operacional, cuja preocupação deve ser de todos: DE, CD e associados, portanto devemos buscar um esforço conjunto para a superação do problema. O conselheiro **Ivã Mariano** afirmou que analisou a peça orçamentária e verificou haver uma projeção de 26 milhões de reais de receitas e 26 milhões de reais de despesas e logo abaixo você tem os investimentos. Entende que os investimentos não fazem parte de despesas e tem 4 milhões previstos de investimento. Recordando ter feito essa pergunta à contadora na reunião anterior e ela respondeu que sairão dos recursos de caixa mesmo. Portanto, já está previsto um déficit orçamentário de 4 milhões de reais e indaga se é isso. O associado **Valmir** esclarece que não está fazendo menção ao Orçamento e sim ao Ativo Circulante, Fundo de Caixa e Equivalente de Caixa nos balanços da APCEF/SP de 2017 até agora, e isso não guarda relação necessariamente com o

investimento, pois os investimentos registrados nos balanços desse período são muito inferiores a 12,5 milhões de reais que é a redução de saldo. Afirmou ainda que não fica claro de onde sairão os recursos para os investimentos previstos no orçamento 2021 por não haver contrapartida. O presidente **Laercio** entende que é importante, além dos esclarecimentos da DE e da área contábil por escrito, a presença do diretor financeiro e da contadora na próxima reunião para apresentarem os devidos esclarecimentos às dúvidas dos conselheiros e associados, pois ao que parece, atualmente as receitas da APCEF/SP não são suficientes para cobrir as despesas. Na apresentação da proposta orçamentária a contadora afirmou que parte dos serviços oferecidos aos associados é subsidiada. Se em três anos houve uma redução das reservas da ordem de 12 milhões de reais, essa política tem que ser examinada porque é preocupante. Isso é papel do Conselho Deliberativo. E acrescenta uma outra questão preocupante a antecipação da parcela da APCEF/SP nos lucros da corretora WIZ entorno de 2,8 milhões de reais somando-se aos 3 milhões de reais de déficit no exercício, e o valor correto da redução das reservas é 6 milhões de reais anuais. O conselheiro **Antônio Carlos Cordeiro** avalia que como as contas da APCEF/SP foram objeto de auditoria independente e já foram aprovadas pela Assembleia Geral, o parecer do CD já não tem muito sentido, pois seu objetivo seria orientar a assembleia, mas a reunião sobre esse tema é importante porque na medida do possível todos os conselheiros vão tendo conhecimento das contas da APCEF/SP e vão se familiarizando com a análise do balanço patrimonial. Ele relatou que teve a oportunidade de ter uma resposta da diretoria da APCEF/SP a alguns questionamentos e que estão abertos para fazer o debate, e disse que os conselheiros e associados podem se dirigir a sede da APCEF/SP, com todos os cuidados possíveis, em razão da pandemia para pedir esclarecimentos diretamente aos técnicos e se for necessário também aos dirigentes. E finalizou dizendo que ele não tem detalhes mais técnicos, mas a diretoria tem toda a condição de esclarecer. E entende que, em relação à razão dos déficits operacionais observados, todos nós sabemos que as entidades associativas e sindicais atravessam um período de dificuldades financeiras, além do mais, de certo modo, todas as chapas componentes do Conselho Deliberativo, têm sua responsabilidade pelo que ocorreu no período recente, pois todas são compostas por pessoas que participaram da gestão anterior, inclusive os que concorreram ao cargo de presidente. Assim, acrescenta, precisamos conhecer em detalhes as finanças da APCEF/SP, mas mais do que isso, ajudarmos na elaboração de propostas que possam reverter a situação. E, já se antecipando, se coloca contra a discussão de teto de gastos que os economistas defendem, mas sim formas de aumentar a receita, como por exemplo, abrir a possibilidade de trabalhadores terceirizados da CAIXA participarem do quadro associativo, afinal empregados são todos os que labutam nas dependências da empresa. O conselheiro **Tiago Oliveira do Livramento** afirmou que se sente esclarecido suficientemente para assinar um parecer favorável à aprovação do balanço, considerando que o déficit é decorrência do subsídio para os associados, e alguns de nós, que estamos já há algumas gestões no Conselho Deliberativo, sabemos que essa política é adotada há mais de 4 gestões. O conselheiro **Ivan Furtado** cita algumas questões que precisam ser levadas em conta. Disse em primeiro lugar que todos nós temos uma preocupação em ter uma APCEF/SP forte e parceira no dia a dia de cada um de nós e é por isso que estamos aqui. E reafirmou que fortalecer e cuidar da APCEF/SP é nosso dever maior, lembrando que estamos vivendo sob um governo que quer destruir todas as entidades associativas e representativas dos trabalhadores, então precisamos fortalecer os nossos sindicatos e a nossa APCEF/SP. E, uma das mais importantes formas de se fazer isso é ampliar o quadro de associados, trazendo os trabalhadores terceirizados para contribuir financeiramente, mesmo sabendo que é uma proposta polêmica. E enfatiza a

importância do fortalecimento da nossa organização. E disse que é preciso saber quais são os planos de curto, médio e longo prazo em relação à gestão, pois sabemos que a APCEF/SP tem credibilidade para, eventualmente, se precisar fazer algum empréstimo ou levantamento de recursos. A conselheira **Antônia** disse sobre a ressalva relativa ao IPTU, que segundo a contadora **Eliete** e a superintendente **Vanice** nas gestões anteriores, as auditorias anteriores recomendavam o provisionamento de 7 milhões de reais e somente a atual apontou os 30 milhões, então essa discrepância precisa ser melhor esclarecida, porém não deve ser motivo de tanta preocupação, pois todas as vezes em que há a cobrança desse valor, que se refere ao IPTU do Clube, a APCEF/SP entra com recurso e obtém a isenção. Quanto à proposta de admitir trabalhadores terceirizados no quadro social, eu não vejo nenhuma objeção para uso recreativo, não é possível o mesmo tratamento que os associados da Caixa, uma vez que são categorias diferentes, em sindicatos diferentes, até o Sindicato dos Bancários tem representantes de todos os Bancos devido a particularidade de seus estatutos e normativos, a APCEF/SP não teria a expertise para as demandas de todos os segmentos. O associado **Valmir** colocou que independente da assembleia ter aprovado ou não, ele entende que o debate aqui está se pautando pelo que estabelece o Estatuto da APCEF/SP e que, portanto, cabe ao Conselho Deliberativo, em relação ao balanço patrimonial, examiná-lo e, conforme o caso, elaborar seu parecer favorável ou contrário à aprovação das contas. Já quanto ao debate da imposição de teto, Valmir afirmou que nem todo economista é favorável ao teto. Acrescentando que foi economista do DIEESE e lá todos são contrários, pois é um grande problema, quando se estabelece teto, mesmo com crescimento significativo da receita não se consegue desenvolver a entidade, pois há o teto. Acrescentando que é exatamente o que acontece no governo neoliberal, com a Emenda Constitucional 95, em relação aos investimentos. Os números da APCEF/SP indicam crescimento da receita, mas abaixo da variação das folhas salarial e de proventos da Caixa e da FUNCEF, ou seja, abaixo do INPC. Isso representa uma redução em termos reais, essa é a preocupação. Por fim sugere ao Conselho Deliberativo insistir no pedido para que as informações sejam prestadas via ofício e via meio magnético, pois embora a Diretoria Executiva tenha colocado a área contábil e a documentação à disposição para análise presencial, o momento não é adequado para quem quer que seja ir até a sede fazer uma reunião presencial, considerando o agravamento da pandemia. Por último abordou a questão do provisionamento do IPTU, pois o que se pede é que seja feita uma nota esclarecendo a questão, além do mais, se a auditoria colocou a ressalva é porque não concordou com a argumentação apresentada. Um esclarecimento detalhado, não só é um fator de transparência, bem como é uma garantia para a própria profissional e para a Diretoria. A associada **Ivanilde** compartilha da preocupação manifestada pelo associado **Valmir** e acrescenta que essa questão não foi citada na assembleia. Não havendo mais pessoas inscritas para fazer uso da palavra, o presidente encaminhou a conclusão do ponto de pauta, dando o informe que os questionamentos levantados e a solicitação dos esclarecimentos foram direcionados à Diretoria Executiva por meio do **Ofício CD 002/2020**, mencionado no início do debate, e que a documentação e informações encaminhadas pela Diretoria Executiva não foram suficientes, por isso a solicitação foi reiterada dia 15 último, porém a Diretoria, embora tenha respondido afirmativamente, pediu o prazo de três dias para fornecer os dados, portanto após a realização da reunião de hoje. Assim, entende não ser ainda possível a emissão do parecer, devendo ser o item de pauta mais uma vez remetido para a próxima reunião. Da mesma forma, a apreciação da previsão orçamentaria terá de ser adiada, pois depende da análise do presente balanço, bem como dos balancetes dos demais meses do ano de 2020, os quais também não foram fornecidos

de forma completa. A proposta do presidente foi aprovada por maioria dos votos. Assim passou-se para o terceiro ponto da Ordem do Dia, Reestruturação Administrativa da Caixa. O presidente deu informe de sua participação nas reuniões realizadas pela APCEF/SP registrando também a participação de alguns conselheiros. Diversos empregados de áreas meio alvos de fechamento ou centralização estiveram presentes, por estarem na iminência de serem transferidos e de outros locais que, mesmo sem o fechamento ou centralização de suas respectivas unidades, já estão com transferências determinadas arbitrariamente com comunicados de forma extraoficial, via telefone, para agências distantes de suas residências, ao mesmo tempo em que reabre o PDV, recentemente encerrado, mas atingindo menos de 1/3 da quantidade de empregados pretendida por ela. Deixando transparecer sua intenção de pressioná-los a aderir ao programa. Além disso, a CAIXA promete uma grande reestruturação para 2021 nas áreas meio e agências, com mais fechamentos de unidades e centralizações, já tendo divulgado a entrega de mais de 100 prédios ainda em 2020. Em razão disso propõe indicativamente que a Diretoria Executiva encaminhe junto às entidades que dirigem o movimento, em especial a CONTRAF, o SEEB/SP e a FENAE, a proposta de uma grande campanha contra essa reestruturação e em defesa dos direitos dos empregados, a ser levada concomitantemente com a campanha da Caixa 100% pública. Nesse sentido o presidente informou que o conselheiro **Bruno Teixeira** apresentou proposta de moção de repúdio contra essa reestruturação e transferências arbitrárias e propondo também um voto de apoio desse CD aos colegas que estão sofrendo esse tipo de assédio, mas, mais do que isso, é importante o envolvimento de cada conselheira e cada conselheiro nessa luta em defesa dos direitos de todos e da própria instituição CAIXA, abrindo o ponto para debate. O conselheiro **Andre Luis** chamou a atenção para o fato de que isso tudo não vem de agora, pois essa nova direção da CAIXA quando assumiu deixou bem claro sua intenção de diminuir o papel e o poder da CAIXA no sistema financeiro, ou seja, vender as partes mais lucrativas como loterias, seguridade, cartões e isso vem sendo feito. A CAIXA inclusive publicou recentemente o MN **RH 444**, que trata da conduta dos empregados, com punições para os empregados que não cumprirem metas de venda, por exemplo, e outras situações muito perigosas e subjetivas, como um empregado ser considerado mal humorado poderá ser advertido e sofrer processo administrativo, entre outros absurdos. O conselheiro **Ivan Furtado** nos dá o exemplo do Banco do Brasil, onde sua filha trabalha, e lá também está batendo o desespero porque vai haver uma reestruturação radical. Isso é reflexo da política privatista do governo federal e entende que precisamos unir quem realmente se preocupa não só com a salvação da CAIXA, mas com o processo de entrega à iniciativa privada de todas as empresas públicas e pensar em campanhas para sensibilizar o público e engajar os gestores que tem o mesmo entendimento para fortalecer essa luta. O conselheiro **Bruno Teixeira** informou que escreveu uma breve nota de repúdio e disponibilizou no chat e pede a leitura por parte de todos, pois esse CD deve ter um mínimo de posicionamento e quanto mais entidades e instâncias se pronunciarem contra a reestruturação e as transferências arbitrárias, mais fortaleceremos essa luta. A estratégia da CAIXA parece querer colocar os empregados de áreas meio contra os empregados das agências e não podemos permitir isso. Precisamos esclarecer a todos o que está por trás, por isso devemos defender a reabertura de contratações para suprir as necessidades das agências. Disse que a APCEF/SP lançou essa ideia essa semana e temos que apoiar, independentemente de qual chapa fizemos parte. O associado **Valmir** afirma que não se trata apenas de tirar a CAIXA do mercado. Uma análise recente elaborada por ele sobre indicadores do sistema financeiro de 2016 para cá, mostra que as operações de crédito do ITAÚ cresceram 40% nesse período, do Bradesco mais de 30%, do Santander mais de 50%, já as da CAIXA cresceram

apenas 4% e do Banco do Brasil caíram 4,5%, mas além dos produtos e serviços a CAIXA está oferecendo, os seguros 1,8 bilhão de reais somente nos nove primeiros meses do ano em termos de ganhos e foi criada a subsidiária Loterias SA e seu capital foi aberto passando a administração das Loterias no valor de 1,2 bilhão de reais nos primeiros nove meses e somente de tarifas bancárias. E, 100 milhões de contas de poupança foram transformadas em digitais e a intenção é juntar tudo isso num banco digital e abrir o capital. Os fundos de investimentos e títulos de valores imobiliários seguem o mesmo caminho, são 600 bilhões de reais, mais do que o fundo de garantia, e tudo isso precisa ser incluído no debate, pois isso é muito além da questão da mera reestruturação da CAIXA. A conselheira **Zita** acrescentou que de tudo isso que está acontecendo a CAIXA vem perdendo muitos clientes porque não conseguem ser atendidos na agência para nada. E, acrescenta que tem coisas que precisam resolver na agência, dando exemplo do que aconteceu com ela, que precisava acertar documentos de sua mãe que faleceu e que teve uma conta bloqueada pela Receita Federal e que ela não conseguiu entrar na agência e entregar os documentos. E, observa-se que clientes estão saindo da CAIXA e indo para outros bancos porque não conseguem atendimento. O presidente **Laercio** enfatiza que são muitos os ataques e o debate precisa ser feito, e é necessária uma grande campanha. Nós somos parte da Associação e, mais do que debater, devemos nos integrar a essa luta. Não basta ficarmos apenas nas denúncias, precisamos tomar iniciativas de reação de forma organizada dos empregados, terceirizados, a população e os que defendem a preservação do patrimônio público. Em seguida, deu por encerrado esse ponto da pauta, passando à apreciação das duas moções apresentadas, sendo a primeira relativa à reestruturação apresentada pelo conselheiro **Bruno Teixeira** com o seguinte teor: “Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP repudiamos a reestruturação que está sendo realizada na Caixa Econômica Federal sem nenhuma negociação com os empregados e é fundamental que todas as transferências compulsórias sejam revogadas”. Sendo aprovada por unanimidade. Em seguida foi feita a leitura da segunda moção apresentada pelo conselheiro **Marcus Vinicius** em repúdio à demissão do empregado Flaviano Correia Cardoso: “Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, repudiamos com indignação a demissão pela CAIXA em novembro de 2020 do empregado **Flaviano Correia Cardoso**, delegado sindical da agência Siqueira Campos em Aracaju (SE). Flaviano ex-candidato a presidente da APCEF/SP, trabalhava no banco há 11 anos. Consideramos abominável a perseguição a quem pensa diferente e com a finalidade de impedir o exercício da atividade sindical, da fiscalização de abusos, de assédio moral e do autoritarismo. Sua defesa está a cargo do Dr. **Cezar Britto**, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que entrará com ação judicial visando à anulação da demissão e a consequente reintegração de **Flaviano** nas suas atividades funcionais e sindicais o que esperamos seja para breve”. Colocada em votação a moção foi aprovada com duas abstenções, sete contrários e dezesseis favoráveis. Finalmente foi debatida a necessidade da realização da próxima reunião logo no início do ano se for possível em fevereiro/2021 devido a eventual dificuldade em obtenção do quórum em virtude de janeiro ser período de férias. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Deliberativo **Laércio da Silva Pereira** deu por encerrada a reunião, às 19h20 e concluída a redação da presente ata, por mim, **Maria Celeste Piva**, secretária da mesa diretora do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, gestão 2020/2023.

Maria Celeste Piva
Secretária

André Luís Prates de Menezes
Vice-Presidente

Laércio da Silva Pereira
Presidente